

## **XII Congresso dos Revisores Oficiais de Contas – Auditoria na Supervisão**

**15 e 16 de Setembro de 2016**

**Painel: Mercados e Informação**

**Notas do Moderador**

Nas décadas de 1980 e 1990, fruto de um verdadeiro plano estratégico, o mercado português foi relançado e contribuiu de facto para o financiamento das empresas permitindo que um importante número de grupos portugueses assentasse o seu crescimento no mercado de capitais, igualmente com proveito para uma base alargada de investidores particulares e institucionais.

Neste período, assistiu-se a uma fase de crescimento sem paralelo do nosso mercado de capitais a qual culminaria com a atribuição a Portugal do estatuto de Mercado Desenvolvido, em Novembro de 1997.

Em especial nesse período, o mercado de capitais português tem muitas histórias bonitas para contar e, por essa razão, o balanço dos últimos 25 anos do nosso mercado ainda deve ser visto como positivo.

Mas o balanço do passado recente é negativo, e não apenas em virtude dos casos individuais que foram afectando o mercado.

Em particular, nos últimos cinco anos, o desenvolvimento e aprofundamento do mercado de capitais teria sido essencial para ajudar a economia e as empresas nacionais a preparar um futuro mais sustentado.

De facto, hoje, o problema do mercado está muito menos no número de empresas que dele saem e muito mais na circunstância de não existirem empresas que nele queiram entrar.

A existência de um mercado de valores mobiliários amplo e eficiente continua a constituir condição essencial do nosso desenvolvimento económico e social sustentado e intrinsecamente equilibrado.

Em especial na situação particular em que Portugal se encontra, a facilidade de acesso e a profundidade do mercado de capitais, assegurando às empresas o recurso aos meios financeiros de que necessitam para o desenvolvimento da sua atividade, constitui uma condição essencial da alteração do modelo tradicional de financiamento (assente no endividamento) das empresas e de redução do respectivo nível de alavancagem o qual se situa entre os mais elevados da União Europeia.

Mais do que nunca, a economia portuguesa precisa de um mercado de capitais dinâmico e desenvolvido.

Precisamos de uma verdadeira Agenda para o Mercado de Capitais.

E, para que o mercado de capitais possa funcionar, é imprescindível a criação de um quadro legislativo e regulatório adequado, coerente, e simples, que promova que:

- as empresas queiram, e tenham condições para, financiar-se através do Mercado;
- os investidores queiram, e tenham condições para, investir nas empresas em causa;
- as estruturas de Mercado (e em especial, a Bolsa) adaptem o seu modelo de negócio ao rigoroso cumprimento da sua função pública de desenvolvimento do mercado e investimento na economia nacional;
- as autoridades de supervisão e regulação adequem o edifício legislativo e regulatório, e a sua própria actuação, ao quadro das necessidades e objetivos da economia real.

O quadro legislativo, regulatório e de supervisão, naturalmente, não esgota os problemas do mercado de capitais; mas constitui um elemento fundamental da sua estruturação e do seu desenvolvimento.

O mercado português não precisa de mais leis, de mais regras, de mais regulação, de mais complexidade.

Do que precisamos é, efectivamente, de menos e melhores regras, mais simples e mais claras, que incentivem comportamentos mais éticos.

Tal como precisamos, igualmente, do esforço e empenho de todos os protagonistas com vista à recuperação da confiança dos investidores, mas também das empresas, no mercado de capitais.

Um trabalho difícil, e urgente, que só poderá ser bem sucedido com o pleno envolvimento daqueles que melhor conhecem o mercado e a indústria, a começar pelas empresas e seus representantes, mas incluindo, a título principal e incontornavelmente, os auditores e os revisores oficiais de contas, cujo conhecimento e experiência é absolutamente essencial para o desenvolvimento das políticas mais acertadas e das práticas mais adequadas.

O tema do presente Painel apresenta-se, pois, como crucial.

Termos em que devo enaltecer a excelência das intervenções realizadas, pedindo que me acompanhem num aplauso de felicitação aos oradores, pois as suas apresentações permitiram demonstrar e recordar que:

- Apesar da crise, Portugal está dotado de boas empresas (em especial, MIDCAPs), com capacidade e perspectivas de desenvolvimento e crescimento;

- Estas empresas continuam a confrontar-se com entraves ao seu crescimento, muito por força da legislação excessiva, característica de uma economia fortemente burocratizada, e da ausência de incentivos à formação de capital, porque continuamos a não ser uma economia do investimento;
- No quadro económico e financeiro vigente, estes constrangimentos dificilmente desaparecerão, pelo que é fundamental encontrar soluções desafiantes e inovadoras para fazer face aos problemas do financiamento no seu todo;
- Nesse sentido, a qualidade da comunicação com os mercados financeiros e a gestão das assimetrias de informação constituem elementos fundamentais a ter em consideração no desenvolvimento da capacidade de crescimento das empresas;
- Neste contexto, em que a criação de confiança junto dos agentes de mercado é essencial, a auditoria constitui uma actividade útil, no suporte à gestão, e indispensável, no aporte de credibilidade que traz aos resultados da gestão;

E, em especial no que concerne ao desafio da (re) capitalização, que enfrenta o nosso tecido empresarial, a auditoria pode e deve desempenhar um papel fundamental:

- o informando e enformando as estratégias de crescimento das empresas;
- o suportando o acesso e optimização das condições de financiamento;
- o acompanhando os indispensáveis processos de revitalização, concentração, transmissão e sucessão nas empresas;

no quadro de uma abordagem integrada, a única susceptível de sustentar o nosso desenvolvimento sustentado e intrinsecamente equilibrado.

Abel Sequeira Ferreira

*Director Executivo da AEM - Associação de Empresas Emitentes de Valores Cotados em Mercado*